

A força do Congresso

Jota Alcides
Editor-Chefe

Durante 20 anos, a partir de 1964, o Executivo brasileiro, apoiado nos pilares de excepcionalidade do regime militar, foi um poder extremamente forte e vigorosamente autoritário. Onipotente, extrapolou suas atribuições e deixou o Legislativo e o Judiciário asfixiados. Os três Poderes praticamente se resumiam no Executivo, decidindo, legislando e julgando, onisciente sobre os destinos da Nação.

Com a redemocratização, que se iniciou no governo Geisel, avançou no governo Figueiredo e se concluiu no governo Sarney, as instituições foram, gradativamente, recuperando suas forças e retomando os espaços perdidos. O Brasil de hoje reflete essa transmutação. Os tribunais estão abarrotados de processos. Nunca os brasileiros correram e recorreram tanto à Justiça quanto nos últimos dois anos, sobretudo patrocinando ações contra o Governo na defesa de direitos cerceados ou atingidos.

Milhões de aposentados em todo o País deram uma demonstração magnífica de exercício saudável da cidadania. Ocuparam os corredores dos tribunais, perderam algumas batalhas, não desistiram, ganharam outras, até a vitória final no Supremo que assegurou o pagamento do reajuste de 147 por cento negado pelo Governo. Surpreendentemente, velhinhos doentes chegaram a enfrentar a polícia nas ruas tentando o amparo da Justiça. Voltou a ser o Judiciário um poder forte e o povo novamente está nele confiante.

Quanto ao Legislativo, duas chances preciosíssimas se perderam na recuperação do tempo perdido. A primeira na memorável campanha das **Diretas-Já** em 1984. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira murcharam-se as esperanças de então e a maioria dos brasileiros frustrada adiou a renovação da credibilidade do Congresso. Outra oportunidade histórica foi a Constituinte, em

1988. Apesar de toda a mobilização nacional e da empolgante participação da sociedade, ao final ficou a avaliação pública de que o processo constituinte serviu-se a um jogo de pressões que pouco contribuiu para o prestígio da classe política.

Quatro anos depois, o Congresso tem agora novamente a sua hora. Diante de um Executivo debilitado por turbilhão de denúncias, o Brasil busca livrar-se da horripilante moral através do Legislativo, que tem outra chance de superar o desgaste sofrido e acumulado em anos. Com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o empresário Paulo César Farias, o Congresso atraiu novamente para si os olhos e os anseios dos brasileiros interessados em que sejam apuradas, até a profundidade onde se encontra a verdade, todas as suspeitas sobre tráfico de influência e formação de quadrilha dentro do Governo.

Quando foi instalada, essa CPI parecia condenada ao fracasso antecipado. O fato de ter na presidência um parlamentar do PFL, Benito Gama, e na relatoria um peemedebista moderado, Amir Lando, fez a CPI ser interpretada, inicialmente, como mais uma encenação. Pouca esperança de resultado concreto animava o sentimento da opinião pública. Mas, os dirigentes e integrantes da CPI sentiram o peso da responsabilidade e a singularidade oferecida pelo movimento da história, assumiram o anseio popular contra a impunidade e transformaram a CPI sobre PC no centro de atenções do País.

Está fazendo a CPI até agora um trabalho indubitavelmente sério, organizado, objetivo, prudente, inteligente e imparcial, que tem despertado a confiança da Nação no Legislativo. Os brasileiros, espectadores vigilantes e expectadores exigentes, querem a verdade comprovada. O Congresso mostra agora sua força com uma ação transcendente que faz o País sentir na contradição do constrangimento presente a inevitável esperança do futuro com nova dimensão de moralidade.